

Universidade de Passo Fundo  
Faculdade de Direito  
Direito Processo Civil III  
Prof. Msc. Alcindo Roque  
Segunda avaliação – 2017 – II - NOTURNO

Nome: \_\_\_\_\_ matricula nº \_\_\_\_\_ nota: 9,0

Orientações:

- a prova é composta de 20 (vinte) questões de assinalar, com igual peso
- a interpretação é inerente ao procedimento de avaliação
- a resposta que contiver rasura e corretivo será considerada errada
- o tempo de duração da prova é de 50 minutos
- só é permitido o uso de legislação não anotada e não anotada

Questionário.

1 - A execução é provisória:

A - quando o devedor não é localizado

B - quando tiver por base título executivo extrajudicial

C - quando sustentada em sentença impugnada mediante recurso recebido só no efeito devolutivo

D - quando tiver por base sentença impugnada mediante recurso recebido em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo.

2 - Assinale a alternativa incorreta.

A - É da responsabilidade do credor, na execução de sentença contra a fazenda pública, apresentar cálculo discriminado para fins de desencadeamento da fase de cumprimento.

B - é vedado expressamente a iniciativa da Fazenda Pública em se antecipar e apresentar o cálculo, numa forma de "execução invertida".

C - A execução provisória contra a fazenda pública é admissível, no entanto, para a expedição de precatório é imprescindível o trânsito em julgado da sentença.

D - a execução contra a fazenda pública observa o que estabelece a legislação processual civil comum.

E - a expedição de certidão de dívida ativa, para instruir processo de execução fiscal, pressupõe o exaurimento da via administrativa, no sentido de que o procedimento de constituição da obrigação tributária foi concluído administrativamente.

3 - Ao disciplinar a tutela provisória, o novo Código de Processo Civil estabelece que:

A - a tutela de urgência não poderá ser concedida sem justificação prévia, salvo se prestada caução idônea, caso em que poderá ser concedida liminarmente.

B - a tutela antecipada requerida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, caso em que o processo será extinto.

C - para a concessão da tutela de evidência, exige-se, dentre outros requisitos, a demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

D - efetivada a tutela cautelar requerida em caráter antecedente, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de 15 dias, em ação própria, cujos autos deverão ser apensados aos do pedido cautelar.

E - é vedada, em qualquer caso, a concessão liminar de tutela de evidência, antes da oitiva da parte contrária.

**4 - Considerando a legislação vigente, o que não é previsto para ser tratado na impugnação à execução?**

A - inexigibilidade do título ✓

B - excesso de execução ✓

C - ilegitimidade de parte ✓

D - a penhora e a avaliação ✓

E - nulidade do título

**5 - Na execução por título extrajudicial o meio de defesa inadequado é:**

A - embargos à execução

B - exceção de pré-executividade

C - impugnação a fase de cumprimento

D - embargos de terceiro para tutelar direito de quem, não sendo parte, foi atingido pela execução

E - ação anulatória incidental.

**6 - Sobre os embargos do devedor é correto afirmar que:**

A - como regra, serão recebidos no efeito suspensivo;

B - deverão ser opostos após garantia do juízo por meio de penhora, depósito ou caução;

C - necessariamente quando houver mais de um executado, com diferentes procuradores, o prazo para oposição dos embargos do devedor será contado em dobro;

D - não podem ser rejeitados liminarmente, exigindo sempre julgamento meritório das razões produzidas nos autos;

E - serão oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.

**7 - Com relação ao processo de execução e aos embargos do devedor é adequado afirmar que:**

A - com a interposição dos embargos da execução ocorre a suspensão da execução, pois a decisão dos embargos pode prejudicar o processo de execução.

B – que mesmo em face da interposição de embargos à execução, frente a execução contra a Fazenda Pública, é determinado o pagamento de verbas alimentares num prazo de até 48 horas da intimação.

C – na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública esta será citada para opor embargos no prazo de 10 (dez) dias.

D – na execução fiscal, não havendo embargos, será expedido RPV para pronto pagamento pelo executado.

E – a requisição de pequeno valor e a expedição de precatório, na execução contra a Fazenda Pública, dizem respeito ao valor do crédito a ser satisfeito, à forma e o tempo para o pagamento.

**8 - A respeito das diferenças e semelhanças entre tutela cautelar e "tutela antecipada", marque a alternativa correta à luz do Novo Código de Processo Civil:**

- a) ambas, por pertencerem ao gênero 'tutelas provisórias de urgência', são satisfativas de direito.
- b) enquanto a tutela cautelar pressupõe a probabilidade do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, a "tutela antecipada" fundamenta-se apenas na evidência do direito que se busca realizar.
- c) pela tutela antecipada executa-se o direito para protegê-lo; e pela tutela cautelar apenas protege-se o direito para, posteriormente, executá-lo.
- d) a "tutela antecipada" é concedida no mesmo processo em que se formula o pedido principal; já a tutela cautelar normalmente depende de ação própria (ação cautelar), que instaurará processo distinto e autônomo (processo cautelar).
- e) a tutela cautelar e a tutela antecipada são distintas e, por isso, não se estabilizam com o deferimento de medida liminar, com ou sem manejo de recurso pela parte interessada.

**9 - Em relação às tutelas provisórias, marque a alternativa incorreta:**

- a) a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. ✓
- b) a tutela de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental. ✓
- c) a tutela de evidência só tem cabimento em caráter antecedente, preparatório. ✗
- d) é possível a concessão liminar da tutela de urgência, independentemente se de natureza cautelar ou antecipada. ✓
- e) no caso previsto de estabilização de tutela provisória, por ausência de recurso da parte contrária, o processo é extinto sem julgamento de mérito. ✓

**10 - Quanto a tutela provisória é correto afirmar que:**

- a) sempre pode ser requerida pelo réu, no caso de tutela de urgência de caráter antecedente. ✗
- b) pode ser requerida pelo autor, independentemente da hipótese ou da circunstância. ✗
- c) o réu poderá formular pedido em reconvenção ou pedido contraposto nas ações dúplices ✗
- d) não se admite que um dos litisconsortes ativos promova o pedido sem a concordância de todos os demais. ✗
- e) a tutela provisória pode ser concedida de ofício pelo juízo. ✗

**Assinale "C" quando a afirmação estiver correta e "E" quando estiver incorreta.**

11 - (  E ) a desconsideração da pessoa jurídica só é admissível em processo de cumprimento de sentença, a medida em que o processo de conhecimento é o que permite e assegura o efetivo contraditório e a ampla defesa, o que não ocorrerá no caso do processo de execução por título extrajudicial.

12 - (  C ) Para a concessão da tutela de urgência, é requisito legal não mais a verossimilhança, mas a existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Para a concessão, pode o juiz exigir justificação prévia.